



Agência Estado/Financeiro – 22 Jun 2004

Arce diz que os investimentos em energia têm de ser retomados em 2004 para não haver problemas

São Paulo, 22 - O secretário de Energia, Saneamento e Recursos Hídricos, Mauro Arce, alertou hoje para a possibilidade de o País enfrentar problemas na oferta de energia elétrica entre 2007 e 2008, se não forem adotadas, ainda neste ano, as medidas necessárias para a retomada dos investimentos na expansão da capacidade de geração do sistema elétrico. "Temos um problema de timing em relação aos investimentos no setor elétrico. Se não houver definições até o final deste ano já começa a haver problemas", disse o secretário, que participou hoje das discussões sobre o novo modelo do setor elétrico no Fórum de Debates Infra 2004, promovido pela Agência Estado e pela IBC, em São Paulo.

"Como vimos, há indicações de que poderá não entrar quase nada em operação entre 2007 e 2008", disse o secretário, referindo-se a dados apresentados durante o evento. Ele acrescentou que, além de não haver a perspectiva de uma expansão da capacidade instalada do parque gerador nacional, poderá haver uma retração da potência instalada, já que há a perspectiva de desativação das usinas termelétricas emergenciais. "Não há investimentos programados", afirmou ele.

Arce considera que "o próprio governo federal sabe que não será possível ao Estado bancar os investimentos necessários no setor elétrico". Ele acrescentou que estatais, como Furnas, teriam condições de endividar-se para realizar os investimentos na expansão do sistema elétrico, mas não poderão fazê-lo por causa das metas de cumprimento do superávit primário. "Isso vale para todo o setor de infra-estrutura, inclusive para saneamento", disse Arce. "Temos oferta grande de financiamento externo, mas não podemos aproveitá-la por causa das restrições impostas pelo endividamento do País", afirmou o secretário.

O diretor-presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales, que também participou do evento, destacou que o setor elétrico deverá demandar investimentos anuais de cerca de R\$ 20 bilhões por ano, ao longo da década, ao mesmo tempo em que ocorre uma tendência à redução da disponibilidade de recursos públicos. "O ano de 2004 já está transitado em julgado", disse ele, referindo-se ao fato de que dificilmente deverão ocorrer investimentos nesse ano.

Para 2005, Sales acredita que os projetos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que dará suporte à construção de 3,3 mil MW de projetos de usinas eólicas, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e usinas a biomassa, poderão oferecer 2 mil MW médios, o equivalente às necessidades de investimentos. "Para a partir de 2006, fica um claro, um ponto de interrogação", acrescentou.

Segundo Sales, em um cenário "estatizante", as estatais Eletrobrás e Petrobrás, os fundos de pensão e os fundos setoriais poderiam oferecer investimentos de até R\$ 9,1 bilhões por ano na ampliação da geração, para necessidades estimadas em R\$ 13,6 bilhões anuais. "Ainda seriam necessários mais de R\$ 4 bilhões de investimentos privados para dar conta do recado", acrescentou Sales.

O diretor de Coordenação Empresarial da AES Eletropaulo, Carlos Augusto Brandão, defendeu o fortalecimento do mercado de capitais como fonte de recursos para o financiamento da expansão do setor elétrico. Segundo ele, o setor elétrico, que registrou operações de emissões de debêntures no valor de R\$ 2,3 bilhões no ano passado, já conta nesse ano com operações em estruturação de um total de R\$ 1,4 bilhão.

O presidente do Conselho de Administração do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), Antônio Carlos Fraga Machado, destacou que o novo modelo do setor elétrico deverá ser implantado em um ambiente regulatório mais desenvolvido que o do modelo adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Fraga Machado lembrou que a privatização da distribuidora capixaba Escelsa, a primeira a ser desestatizada, em 1995, se deu em um momento em que ainda não existia a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"O modelo que está sendo finalizado proporcionará uma estabilidade maior", acrescentou. Ele disse ainda que o novo modelo não resultará em mudanças radicais no setor e destacou, em relação às cobranças de



que o atual governo está demorando na elaboração do modelo, que "normalmente se toma quatro ou cinco anos para se produzir uma mudança dessas".

Eugênio Melloni